

Caesb descobre mais 160 esgotos poluindo o lago

O rebaixamento do nível das águas do Lago Paranoá para a obra de reforma das instalações da usina, trouxe à tona, não só o lixo, foram descobertas as ligações clandestinas de esgoto, jogado no Lago sem nenhum tratamento, além de ligações da própria Caesb. A empresa aproveitou o nível baixo do Paranoá para realizar um levantamento de verificação de ligações clandestinas, e encontrou 160 pontos distribuídos entre Lago Norte, Lago Sul e Setor de Clubes.

O maior emissor encontrado até o momento foi localizado nas imediações da Ponte do Bragueto, no Lago Norte. A Caesb sempre recebeu reclamações a respeito do mau cheiro existente no local, mas só agora descobriu o motivo. Em muitos clubes também foram verificadas manilhas emitindo esgoto para o Lago, mas o argumento usado pelas diretorias é que a água é proveniente de piscinas, que eventualmente transbordam emitindo o excesso pelo ladrão.

Alguns pontos estão sendo examinados mais detalhadamente, pois poderiam ser galerias de águas pluviais, mas a possibilidade delas estarem sendo utilizadas como esgoto não é descartada. Para o chefe da Divisão de Operação de Esgotos da Caesb, Marcelo Teixeira, "muitas vezes essas ligações são feitas devido à impossibilidade de se mandar para a rede o esgoto das casas, pela inexistência das próprias redes, mas o problema deverá ser resolvido agora, com a liberação da verba necessária para a conclusão das estações de tratamento".

AMPLIAÇÃO

Marcelo explica que já há o projeto de ampliação das redes de esgoto do Lago e de outros pontos do Distrito Federal, e as negociações para a liberação de verba para a obra estão sendo feitas com o Banco Mundial. Este é o motivo pelo qual a Caesb realizará inicialmente uma campanha de educação sanitária com os responsáveis pelas ligações, alertando para o perigo

que ameaça o ambiente do Paranoá. Mesmo porque, a própria empresa também contribui em parte para estas ligações, pelo mesmo motivo de moradores e clubes às margens do Lago.

Nesse sentido, a campanha "SOS Paranoá", promovida pela Secretaria de Meio Ambiente (Sematec) desde o domingo passado, já tem dado seu frutos iniciais. A partir de reunião com as principais entidades interessadas na manutenção do Paranoá, como clubes e associações de iatismo, foi deflagrada a campanha, com distribuição de cartazes alertando para a necessidade de se preservar o ambiente ao redor do Lago.

Segundo a secretária-adjunta da Sematec, Maria do Carmo Bezerra, "com a visualização do

lixo, o que todo mundo sabia ficou explícito, e isso contribuiu para as pessoas tomarem consciência da extensão do problema; a campanha agora será expandida para toda Brasília, e no próximo domingo nós faremos a avaliação da extensão da campanha. Além disso, nós pretendemos dar prosseguimento a ela, pois assim quem produz o lixo e o joga no Lago saberá que mantendo o Paranoá limpo só trará benefícios".

A reforma das instalações da usina hidrelétrica do Lago Paranoá entrou ontem em sua fase intermediária, com a exploração de um afloramento rochoso existente no canal montante da construção. A partir da próxima semana a rocha detonada será removida do local.

DF terá lei de agrotóxicos

Os secretários de Agricultura, Marlênio Ferreira de Oliveira, do Meio Ambiente, Newton de Castro, e o de Saúde, José Richelieu, assinaram na tarde de ontem portaria criando uma comissão que fará um projeto de lei, a ser encaminhado ao Congresso Nacional, com o objetivo de normatizar o uso de agrotóxicos. A comissão, que terá um mês para apresentar os estudos, será presidida pelo engenheiro agrônomo Felipe Nóbrega Filho, e terá como principal meta "elaborar um projeto de lei de caráter definitivo atribuindo deveres e responsabilidades ao usuário e ao vendedor de insulmos agrícolas".

De acordo com o secretário de Agricultura, Marlênio Ferreira, a preocupação com uso indevido de produtos químicos na lavoura é antigo e já há cinco anos a Secretaria, através da Fundação Zoobotânica, vem exigindo o receituário agronômico aos usuários de insulmos agrícolas, fornecidos pelo órgão e que representam 40 por cento do mercado fornecedor.

"O problema do uso indevido dos produtos químicos está justamente no fato de que representamos a minoria no forneci-

mento do DF e sermos os únicos a exigir, nas unidades de revenda (14 ao todo), o receituário, atualmente o instrumento principal na normatização do uso dos aditivos químicos no DF", afirma o secretário Marlênio, que espera resolver o problema com a lei do uso de agrotóxico, cujo projeto está sendo elaborado pela comissão.

A falta de controle do uso de agrotóxicos veio à tona, há cerca de um mês, quando um agricultor do DF morreu em consequência do uso inadequado do produto. "Resolvemos então ir até São Paulo, centro referencial no Brasil de programa de controle do uso de insulmos agrícolas, e lá constatamos que o problema era extensivo às secretarias de Meio Ambiente e Saúde", diz Marlênio, que, aqui chegando, na semana passada, deu continuidade ao propósito de resolver o problema, que em São Paulo foi conseguido graças a uma lei própria (estadual) tendo por base a Lei Federal 12/01, deste ano.

Enquanto a Lei não for implementada, o Secretário pretende realizar uma ampla campanha de esclarecimento.